

Multipolaridade e Poder

Carlos Gaspar (coordenação)

Director do IPRI

Os Infortúnios da Virtude

A União Europeia – uma parte da Europa, que não inclui a Rússia, nem a Ucrânia, nem a Moldávia, nem um pequeno número de resistentes ocidentais, como a Noruega, a Suíça ou a Islândia, nem os restos da Jugoslávia, com excepção da Eslovénia – está prisioneira das suas virtudes, que a impedem de realizar a sua vocação internacional.

Nos últimos anos, um número importante de responsáveis, numa aliança inédita entre gaullistas e federalistas – por vezes designados como “euro-gaullistas”, uma contradição de termos, por oposição aos “euro-atlantistas” – descobriu as qualidades da multipolaridade como o melhor dos sistemas internacionais. Essa descoberta não está associada a uma revisão da teoria das relações internacionais, onde estão sempre em debate os méritos relativos da unipolaridade, da bipolaridade e da multipolaridade. Aparentemente, a origem da frente multipolarista resulta do regresso da paixão anti-americana que continua a reunir uma boa parte da direita e da esquerda europeia.

A preponderância internacional dos Estados Unidos é insuportável para muitos europeus porque é sinónimo da decadência da Europa. A República imperial ocupa o centro da política internacional em consequência das “guerras civis” que destruíram a velha Europa. Nesse sentido, para marcar o fim do declínio europeu, a União Europeia deve defender um sistema multipolar em que os Estados Unidos partilham o poder internacional com a União Europeia, a Rússia, a China ou a Índia. A multipolaridade é o outro nome da restauração do lugar da velha Europa na política internacional.

O argumento da multipolaridade tem três defeitos. *Primo*, um erro histórico: os últimos cem anos não são apenas o ocaso da Europa, são também o declínio relativo das potências ocidentais, moderado pela posição internacional dos Estados Unidos e da comunidade transatlântica, cujos pilares são a Aliança Atlântica e a União Europeia. *Secundo*, a União Europeia não é um actor comparável às grandes potências que podem estruturar o sistema internacional, não só porque não é um Estado, mas também pela incapacidade da Alemanha, da França e do Reino Unido se concertarem para impor uma posição comum coerente na política internacional. *Tertio*, na transição do pós-Guerra Fria, o sistema internacional tornou-se unipolar e a principal característica dessa estrutura é impor a todos os agentes relevantes que se definam pela sua relação com os Estados Unidos. As entidades que defendem a multipolaridade são agentes revisionistas no sistema internacional e seria absurdo as três principais potências europeias, aliadas dos Estados Unidos e parte integrante da coligação vencedora da Guerra Fria, despojarem-se desse estatuto único em nome de uma deriva ideológica arcaica.

Os euro-gaullistas contrariam esta posição com a tese da “potência normativa”. Segundo essa narrativa, a União Europeia é mais do que uma grande potência clássica e está a constituir-se como um império federativo. Os europeus realizaram o desígnio fundamental dos fundadores, que era criar uma entidade internacional capaz de superar os dilemas de segurança nas relações entre os Estados, responsáveis pela destruição da Europa. A lógica do direito substituiu a lógica do poder. A União Europeia é, pois, um modelo para todos os Estados, como o demonstram não só as candidaturas à adesão, como o mimetismo dos processos regionais na América do Sul ou na Ásia Oriental. A União Europeia é sinónimo de paz, da democracia, do direito e a sua superioridade, reconhecida universalmente, torna-a um produtor legítimo de normas internacionais, em todos os domínios – o protocolo de Kyoto e o Tribunal Penal Internacional são apenas dois exemplos das capacidades

europeias como “potência normativa”. Pelo contrário, os Estados Unidos, uma grande potência clássica com uma concepção antiquada e militarista do poder, perdeu a sua legitimidade e não é capaz de impor um modelo de ordenamento internacional aceite pelo conjunto dos Estados.

Trata-se, obviamente, de uma extravagância, reveladora da arrogância da velha Europa. A capacidade da União Europeia para construir uma ordem internacional, eventualmente com os seus parceiros multipolares, como a China e a Rússia, como defendem, paradoxalmente, uma parte dos teóricos da ordem pós-soberanista, é nula e ainda bem. De resto, basta constatar que a União Europeia não tem um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois nunca foi, nem será possível convencer a França e o Reino Unido a cederem um dos seus lugares à União Europeia, para concluir que a tese da “potência normativa” é uma ficção.

Por outro lado, não é fácil combinar a multipolaridade com a “potência normativa”. O modelo do novo império europeu é uma ordem institucional multilateral, originalmente inventada pelos Estados Unidos e imposta no quadro de um sistema bipolar. A rigidez da oposição entre as duas grandes coligações na Guerra Fria tornou possível a sua institucionalização duradoura, nomeadamente no caso ocidental, com a Aliança Atlântica e as Comunidades Europeias. Pelo contrário, as relações entre as grandes potências nos sistemas multipolares são demasiado flexíveis para poderem ser disciplinadas por um enquadramento multilateral comparável. Nesse sentido, a afinidade presumida entre “multipolarismo” e “multilateralismo” não está demonstrada.

As coisas pioram quando se avalia os parceiros da multipolaridade, como a China e a Rússia, ou mesmo a Índia. Trata-se de três grandes potências continentais clássicas, fortemente nacionalistas, intransigentes em matérias de soberania e imunes a ilusões liberais acerca das virtudes do direito e das instituições multilaterais. Todas usam as instituições multilaterais regionais – a Organização de Cooperação de Xangai (SCO), a Comunidade de Estados Independentes (CEI) ou a Associação para a Cooperação Regional da Ásia do Sul (SAARC) como instrumentos das suas respectivas políticas externas, sem nenhuma outra pretensão. Pelo contrário, os Estados Unidos precisam da União Europeia para reinventar o modelo multilateral que a comunidade ocidental começou a construir no fim da II Guerra Mundial e que precisa de ser adaptado ao pós-Guerra Fria.

As concepções revisionistas sobre a multipolaridade e o império normativo não são sinais da restauração da Europa, são sinais da sua fraqueza – e a fraqueza, dizia La Rochefoucauld, é mais inimiga da virtude do que a força.